

Marco Oliveira Borges*

A torre defensiva que D. João II mandou construir em Cascais: novos elementos para o seu estudo

R E S U M O

Mandada edificar por D. João II na extremidade Sul de Cascais, a torre de Cascais terá começado a ser construída em 1494. Neste estudo aduzimos novos dados que permitem uma proposta interpretativa mais segura quanto à problemática cronológica em torno da construção desta torre e que revelam igualmente alguns dos bombardeiros que serviram na mesma.

Palavras-chave: Torre de Cascais; Cronologia de Construção; Bombardeiros; Sismos.

A B S T R A C T

The tower of Cascais, ordered by D. João II at the southern extremity of Cascais, may have started to be built in 1494. On this study we use new data to propose a safer interpretation to the chronologic problem concerning the construction of this tower and to reveal some of the bombardiers that served in it.

Keywords: Tower of Cascais; Construction Chronology; Bombardiers; Earthquakes.

Introdução

Apesar dos vários estudos que já lhe foram dedicados, a torre de Cascais ainda apresenta facetas por explorar. Neste estudo, continuando as investigações iniciadas na nossa dissertação de mestrado, propomos uma nova visão interpretativa quanto à problemática cronológica da construção desta torre. Com o apoio em documentos desconhecidos dos investigadores que têm estudado esta fortificação, revelamos alguns dos bombardeiros que nela serviram, sendo que o seu estudo, em paralelo com uma reinterpretação de fontes e dados já conhecidos, levanta diversas questões relacionadas com a construção, mas também com a composição humana e o funcionamento desta estrutura tardo-medieval.

“A Torre de Cascais existiu, e existe ainda, integrada no Revelim”

M. A. Pereira Lourenço¹

* Centro de História da Universidade de Lisboa – UID/HIS/04311/2013 e Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa. Bolseiro de Doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais II”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 55, 1965), 10. “Revelim” era o nome pelo qual o investigador designava a fortaleza de Nossa Senhora da Luz.

Coube a D. João II, conforme o famoso trecho de Garcia de Resende², delinear um projecto de defesa costeira e do acesso fluvial a Lisboa que consistia na edificação de duas fortificações – a torre de Caparica³ e a fortaleza de Belém (antigo Restelo)⁴ – auxiliadas por uma grande nau colocada a meio da barra do Tejo, ainda que o monarca não tenha vivido para ver a totalidade operacional do projecto que fora idealizando⁵. Para além disso, envolvida neste sistema de defesa enquanto atalaia, mas também detendo um papel fundamental para proteger os navios comerciais que seguiam para Lisboa (ou para outros lados) e que em Cascais irremediavelmente faziam escala lançando ferro em frente à praia da Ribeira (esperando assim o vento e a maré favorável para mais seguramente demandarem a barra do Tejo), o monarca mandou erguer a torre de Cascais.

Com possível invocação a Santo António⁶, esta torre foi edificada num esporão rochoso no extremo Sul daquela vila⁷, vindo, posteriormente, a ser envolvida com a construção da fortaleza de Nossa Senhora da Luz. Apesar das dúvidas que se tinham quanto à torre de Cascais, se tinha ou não sido destruída com a construção da fortaleza de Nossa Senhora da Luz, na década de

² Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Pref. de Joaquim Veríssimo Serrão (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), CLXXXI, 255-256.

³ Esta estrutura, mais tarde conhecida por torre de S. Sebastião de Caparica ou torre Velha, viu iniciada a sua construção em 1481-1482 e, por volta de 1485, poderia já ter a fase principal de obras finalizada. Todavia, são necessárias algumas reservas quanto a esta última data (cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a Arquitectura Militar do Tempo de D. João II* (Lisboa: Edições Colibri, 2007), 160-161 e 281-283; Nuno José Varela Rubim, *A Defesa Costeira dos Estuários do Tejo e do Sado desde D. João II até 1640* (Lisboa: Prefácio, 2011), 46).

⁴ A construção da fortaleza de Belém, segundo as indicações de Garcia de Resende, teria começado ainda no reinado de D. João II, embora este monarca tenha morrido antes da sua finalização. No seu lugar, D. Manuel mandou fazer de novo a “torre e fortaleza de São Vicente”, ficando o porto vigiado e guardado por muita artilharia e gente de guarnição (cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (Coimbra: Por Ordem da Universidade, pt. IV, 1955), LXXXV, 233). A torre teria, definitivamente, entrado em construção em 1514 e ficado pronta em 1519 (cf. Reynaldo dos Santos, *A Torre de Belém 1514-1520. Estudo Histórico e Arqueológico* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922), 9, 32, 34-35, 40-41, 44-46 e 58). Edificadas em pontos estratégicos de ambas as margens do Tejo, frente a frente, precisamente na área onde o estuário se estreita e secundadas pela grande nau a meio do rio, as duas torres estavam incorporadas num sistema defensivo vocacionado para impedir o acesso de navios corsários e piratas ao porto de Lisboa.

⁵ Cujas alusões surgem ainda na primeira metade do reinado joanino (cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 160; Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à Navegação e Defesa Costeira” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2012), 205). De acordo com Garcia de Resende, e pela altura do reinado de D. João II, faziam-se elevadas despesas em armar grandes naus para a defesa do Estreito de Gibraltar (face aos navios mouros) e da costa portuguesa (face a outros corsários), razão pela qual o monarca, para melhor guardar a sua costa, com mais segurança e menos despesas, ordenou que em Setúbal fossem realizados testes balísticos em caravelas ligeiras dotadas de grandes bombardas que disparavam rente à água (Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, CLXXXI, 255-256).

⁶ Embora, por vezes, seja dado como garantido que a torre de Cascais teve esta invocação, a verdade é que esta questão ainda não está devidamente esclarecida. Cf. Margarida de Magalhães Ramalho, “Cascais em finais do século XVI: duas plantas inéditas”, *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município* (n.º 9, 1990), 82-83; idem, “As fortificações marítimas do porto e da nobre vila de Cascais”, in Joaquim Boiça *et al.*, *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais* (Cascais: Quetzal, 2001), 28; idem, *Fortificações Marítimas* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2010), 25; idem, “A defesa de Cascais”, *Monumentos. Cidades. Património. Reabilitação* (n.º 31, Abril de 2011), 36; idem, “A defesa de Cascais. Do castelo medieval à construção da Cidadela”, in *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes (Lisboa: Edições Colibri, Campo Arqueológico de Mértola, vol. II, 2013), 640).

⁷ Costuma-se identificar erradamente o local de construção desta torre como sendo a Ponta do Salmado. Contudo, a cartografia dos séculos XIX-XX não deixa dúvida de que a Ponta do Salmado corresponde a outro lugar, ao sítio aonde se encontra edificado o farol de Santa Marta.

1960 Manuel A. P. Lourenço deu a conhecer ao público que esta estrutura estava integrada no interior da dita fortaleza, a qual o investigador designava por “Revelim”. Este foi o primeiro investigador que se dedicou ao estudo pormenorizado destas estruturas, chegando mesmo a explorar o interior da fortaleza de forma detalhada⁸. Na verdade, desde 1940 que Manuel A. P. Lourenço frequentava com relativa assiduidade a velha fortaleza, ainda que o seu primeiro contacto com o local já viesse de tenra idade⁹. Embora desde 1965 – pelo menos – que se tivesse conhecimento público da subsistência da torre de Cascais no interior da fortaleza de Nossa Senhora da Luz¹⁰, apenas em 1987 foram iniciadas escavações no seu interior¹¹.

Ainda no que diz respeito às investigações de Manuel A. P. Lourenço, o autor chegou mesmo a elaborar plantas envolvendo as duas fortificações, explicando igualmente em texto corrido os pormenores que conseguiu observar. Assim, o investigador identificou a torre joanina como estando dentro da fortaleza, compartimentos da fortaleza devolutos e de acesso emparedado, uma área não visitável e cuja compartimentação na altura era desconhecida, compartimentos com grandes quantidades de entulho, a cisterna da fortaleza (debaixo do pavimento do pátio interior), tendo ainda identificado duas mós, um forno e outros elementos e aspectos (figs. 1 e 2). Outro dado importante que deve ser salientado deve-se ao facto de, já em 1966, Manuel A. P. Lourenço ter pensado que, em vez de espaços mortos e fechados ao público, aqueles compartimentos poderiam “ser adaptados como atracção turística”. Neste seguimento, o investigador avançou mesmo com a ideia futura de musealização daquele espaço¹².

A partir de finais da década de 1980 e até aos nossos dias, com o desenrolar das investigações de Margarida de Magalhães Ramalho e das equipas que trabalharam nas escavações arqueológicas, avançou-se bastante no conhecimento sobre esta torre e fortaleza de Nossa Senhora da Luz. Para além disso, a partir de 1990 começaram a ganhar forma ideias no que diz respeito à preparação da musealização da fortaleza de Nossa Senhora da Luz¹³. Muito recentemente, no âmbito das comemorações dos 650 anos da elevação de Cascais a vila, deu-se mesmo a abertura oficial¹⁴ da fortaleza e torre ao público¹⁵. Anteriormente, em

⁸ Cf. M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 53, 1965), 16; idem, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais II”, 10; idem, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 97, 1966), 5; idem, “História de Cascais e do seu Concelho”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 262, 1969), 19.

⁹ M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 53, 1965), 16.

¹⁰ Para além dos artigos já citados, é de referir que, em 1965, Guilherme Cardoso teve a oportunidade de visitar o interior da fortaleza juntamente com seu pai, este último enquanto repórter fotográfico do *Jornal da Costa do Sol*, e M. A. Pereira Lourenço, o investigador local que guiou a visita (cf. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=527139110637043&set=0.468302963181739&type=1&permPage=1>, consultada em 30/12/2012).

¹¹ Margarida de Magalhães Ramalho, “A fortaleza de Nossa Senhora da Luz”, *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município* (n.º 10, 1991), 35.

¹² M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 97, 1966), 5.

¹³ Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 50.

¹⁴ Em 2001, Margarida de Magalhães Ramalho afirmava que, “Apesar de oficialmente a fortaleza de Nossa Senhora da Luz continuar fechada ao público já é possível fazerem-se visitas guiadas a grupos ou a particulares, tendo o número de visitantes ultrapassado ao longo destes anos vários milhares. Estamos, assim, convictos de que, em breve, a recuperação e a abertura da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz poderá ser uma realidade” (cf. Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 48).

¹⁵ Em 2012, numa iniciativa em que a fortaleza de Nossa Senhora da Luz foi aberta ao público, tivemos a oportunidade de visitar o interior da torre. Recentemente, com a abertura prolongada da fortaleza de Nossa Senhora da Luz ao público, isto no âmbito das comemorações dos 650 anos de elevação de Cascais a vila, voltámos a visitar a torre.

Dezembro de 2012, havia passado na RTP2 um documentário sobre a torre de Cascais e fortaleza de Nossa Senhora da Luz¹⁶. Em relação à ideia de musealização daquele espaço, já tínhamos visto que a mesma remontava à década de 1960 com as propostas de Manuel A. P. Lourenço, embora os contributos e o nome do investigador tenham sido incompreensivelmente esquecidos com o decorrer do tempo. Nem mesmo no referido documentário existe qualquer menção às investigações de Manuel A. P. Lourenço, isto quando o mesmo havia explorado compartimentos interiores da fortaleza de Nossa Senhora da Luz e compreendido que a torre de Cascais estava no seu interior (figs. 1 e 2) décadas antes do início das investigações de Margarida de Magalhães Ramalho.

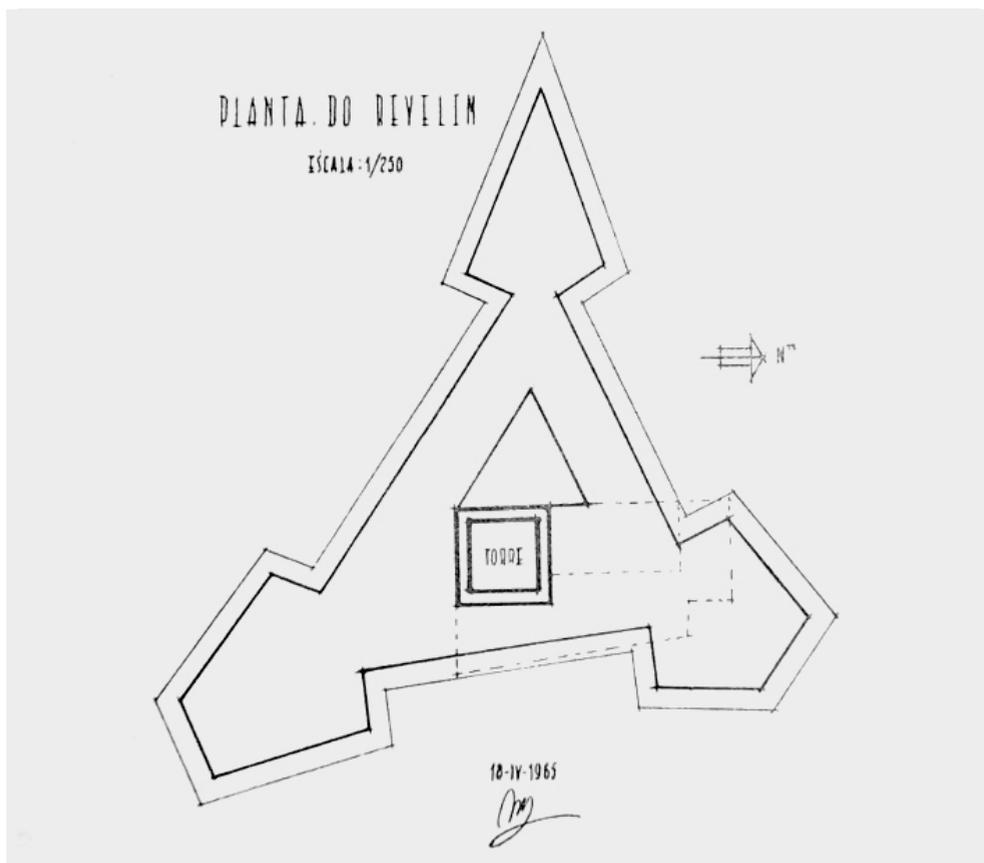


Figura 1 – Planta da fortaleza de Nossa Senhora da Luz¹⁷.

¹⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=9MGO9ojkhyk>, consultada em 29/12/2012.

¹⁷ Adaptado de M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 53, 1965), 16.

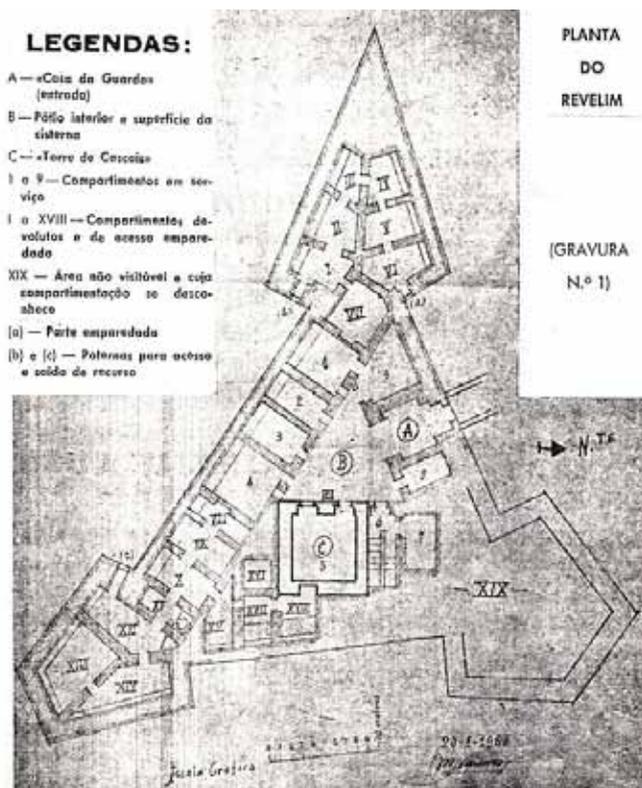


Figura 2 – Planta da fortaleza de Nossa Senhora da Luz envolvendo a torre de Cascais¹⁸.

Na altura da construção da torre de Cascais há muito que esta vila tinha a sua muralha defensiva (geralmente chamada castelo¹⁹). Porém, a nível funcional, da antiquada muralha da vila pouco se podia fazer para proteger os navios que ali aportavam e evitar a aproximação e eventual desembarque de corsários na praia da Ribeira. Esta era uma situação que se tinha tornado frequente nos últimos tempos, conforme revela a documentação que se conhece entre 1484 e 1489, chegando os corsários (franceses) a encalhar nas praias de Cascais os navios tomados de assalto na costa portuguesa ou ali mesmo nas imediações²⁰. Até aí, conforme se infere por um documento de 1443, seriam os besteiros do conto que procediam à defesa do porto de Cascais²¹. Mas era preciso mais. É a construção da torre que vem tornar aquela área

¹⁸ Adaptado de M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 97, 1966), 5.

¹⁹ Sobre este assunto, cf. Marco Oliveira Borges, “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II – Em torno do porto de Cascais”, in *Paisagens e Poderes no Medieval Ibérico. Actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em História Medieval. Arqueologia, História e Património*, coord. Ana Cunha, Olímpia Pinto e Raquel de Oliveira Martins (Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»/ Universidade do Minho, 2014), 420-423.

²⁰ Cf. Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 170-174 e 201-205.

²¹ A 6 de Novembro deste ano, D. Afonso V concedeu aos besteiros do conto de Cascais a isenção de servirem em quaisquer partes. Argumentava-se que este era um sítio que está “na costa do mar em logar a que ueem mujtos naujos asy de nossos jmijigos como d’outras partes de que poderiam receber maa companhia sse a jente della fosse fora da

mais segura, somando “às antiquadas muralhas de Cascais uma obra de defesa de muitíssimo maior eficácia e *modernidade*”²².

A construção deste tipo de torres, junto ao mar, “destinava-se a evitar desembarques nos locais mais favoráveis e, segundo a capacidade de cada local, a servir de protecção aos ancoradouros das frotas que se oporiam aos navios atacantes. Podiam, dentro dos alcances da sua artilharia, evitar que o inimigo manobrasse nas suas proximidades, função que se foi tornando cada vez mais importante à medida que os alcances aumentavam e o recurso a munições especialmente destinadas ao combate naval ia sendo possível”²³.

De facto, com estas estruturas munidas de artilharia projectadas por D. João II podia-se defender de forma mais eficaz o movimento naval em áreas portuárias e os próprios ancoradouros, bem como impedir a aproximação, a entrada ou a saída de determinados navios que se viam sujeitos a um iminente disparo de artilharia. Todavia, esta era uma forma de controlo defensivo que melhor se ajustava ao Tejo do que propriamente a Cascais, visto que as duas torres (Caparica e Belém), edificadas em ambas as margens do rio, assumindo uma posição praticamente frontal uma à outra e precisamente na área onde o Tejo se estreita, podiam levar a cabo um cruzamento de fogos com reduzidas zonas mortas²⁴ e impedir a entrada ou a saída de navios. No caso específico de Cascais, é preciso ver que os navios poderiam passar mais ao largo e afastar-se da área de alcance do fogo da torre, acabando por poder ancorar a nascente da praia da Ribeira. Na verdade, embora por vezes se pense no espaço de ancoragem de Cascais como aquele que vem referido na lacónica gravura de Georg Braun e Frans Hogenberg (1572), apenas com 3 navios e confinado à praia da Ribeira e imediações (ainda que a praia fosse o centro do movimento portuário e o local mais abrigado), a realidade é que a extensão da enseada prolonga-se muito mais para nascente, havendo uma tradição de ancoragem pelo menos até S. João do Estoril, frente ao forte de Santo António da Barra²⁵. Neste sentido, havia muito mar para evitar o fogo de artilharia da torre e ancorar.

Assim, e não esquecendo também a sua importância enquanto atalaia do Tejo, o papel defensivo da torre de Cascais seria o de impedir a aproximação e possível desembarque inimigo no centro portuário local, bem como de proteger os navios que seguiam para Lisboa (ou para outros lados) e que em Cascais irremediavelmente faziam escala, lançando ferro em frente à praia da Ribeira e imediações da fortificação joanina. É que, devido aos condicionalismos geográficos próprios desta área, a viagem para Lisboa e a necessária entrada na barra do Tejo nem sempre era feita de forma directa, sendo mais seguro aguardar por maré e ventos favoráveis no porto de Cascais de modo a evitar os perigos da barra (nomeadamente os cachopos) e um possível naufrágio²⁶. Esta era uma

terra”. Note-se que, para além de operarem nas acções ofensivas em serviço da Coroa, defensivamente, as milícias concelhias tinham de garantir a segurança dos territórios a que estavam ligadas. Porém, este privilégio concedido pelo monarca quebrava-se quando o mesmo ordenava um “especial mandado” (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 25, fl. 62v (em anexo); Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 153 e 185).

²² Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 167.

²³ António José Pereira da Costa, *Cidadela de Cascais (pedras, homens e armas)*. Pref. de Rui Carita (Lisboa: Estado-Maior do Exército, Direcção de Documentação e História Militar, 2003), 23.

²⁴ Sobre estas questões, cf. Nuno José Varela Rubim, *A Defesa Costeira*, 16 e 127.

²⁵ Fr. Jeronymo de Belem, *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves* (Lisboa: No Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1758), XXI, I, 521-522; Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 50-53. De facto, a imagem de 1572 é bastante lacónica e imprecisa quanto ao trecho costeiro em questão, omitindo mesmo a ribeira das vinhas, a qual desaguaria em delta na praia da Ribeira, local aonde se encontram representados os 3 navios

²⁶ Joaquim M. F. Boiça, “Cascais no sistema defensivo do porto de Lisboa”, *Monumentos. Cidades. Património. Reabilitação* (n.º 31), 24; Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 61-62.

tradição que recuava bastante no tempo²⁷, sendo que os próprios navios que vinham do Mediterrâneo também faziam escala em Cascais devido aos condicionalismos da navegação neste trecho costeiro e para se abrigarem de temporais²⁸. Para além disso, a partir de certa altura vão ser os pilotos da barra, ou seja, os pescadores e mareantes de Cascais conhecedores dos condicionalismos da navegação e da geografia local, que vão começar a colocar em segurança os navios dentro do Tejo e a levá-los para Lisboa²⁹, sendo que essa função terá ganho maior importância com o advento da carreira da Índia³⁰. Neste seguimento, e até ao momento de partida para Lisboa, os navios estariam ancorados na área de protecção e alcance de fogo da torre de Cascais.

Importa, agora, aduzir dois casos documentados que exemplificam parte das utilidades defensivas das torres de Cascais e de Belém que temos vindo a referir.

Em finais de Julho de 1524 esteve iminente a utilização da torre de Cascais para o bombardeamento de uma frota do imperador Carlos V, a qual era formada por 86 urcas e soldados de várias origens do Norte da Europa. A frota, tendo como destino o Sul de Espanha, havia feito escala no porto de Cascais para abastecimento. Como a “contrariedade dos tempos” não permitia navegar para Sul, os navios tiveram de ficar naquele porto por mais de 15 dias, vindo a sua tripulação a causar vários problemas, situação que levou a clamores entre o povo da vila e arredores. Para resolver a situação, D. Nuno da Cunha, governador da Relação e vedor da Fazenda, foi enviado a Cascais com intérpretes do Norte da Europa residentes em Lisboa de modo a que chegassem à fala com o almirante (holandês) e os mestres das urcas. Estes foram recebidos nos Paços de D. Pedro de Castro, onde D. Nuno, depois de relembrar aos estrangeiros ali chamados a sua condição de vassallos do Imperador, o qual tinha boas relações com o rei de Portugal, ameaçou-os dizendo “que lhes faria todo o mall que podesse asy com a artilheria da torre” e que traria gente por terra caso os visados não parassem as suas acções³¹.

Por esta informação não há dúvida de que o poder de fogo da artilharia da torre (por essa altura sob comando de mestre Simão de Paris³²) estava ao alcance das urcas³³, pelo menos das que estavam mais próximas das imediações da praia da Ribeira. É que, sendo uma frota constituída por 86 navios, naturalmente que a disposição dos mesmos se faria para o sentido nascente da vila, dadas as dimensões da praia e a necessidade de manter o porto desbloqueado.

Em Belém, quatro anos depois (1 de Abril de 1528), o alcaide da torre local recebeu ordens para que não deixasse sair três naus francesas bem armadas que se encontravam em Lisboa. As naus tinham vindo ao porto da cidade sob pretexto de carregar sal para a pescaria

²⁷ Cf. Marco Oliveira Borges, “Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques”, *História. Revista da FLUP* (IV sér., vol. 3, 2013), 127.

²⁸ Para uma visão aprofundada sobre a importância de Cascais no apoio à navegação, cf. Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 41-81, 103-110 e *passim*.

²⁹ Sobre os pilotos da barra do Tejo, cf. João da Cruz Viegas, *O Comércio Quinhentista na Vila e Porto de Cascais* (Cascais: Museu Biblioteca do Conde Castro de Guimarães, 1940), 44-45; Joaquim M. F. Boiça, “Cascais no sistema defensivo do porto de Lisboa”, 24-25; Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 62-67.

³⁰ Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 62-67.

³¹ O documento é de 25 de Julho de 1524 (ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. I, mç. 31, doc. 40; Pedro de Azevedo, “Uma esquadra de Carlos V no porto de Cascaes em 1542”, *Revista de História* (n.º 4, 1912), 246-248).

³² Vide *infra*, n. 92.

³³ De acordo com o P.º Fernando Oliveira, urca era a designação alemã para os navios que, no Mediterrâneo, eram conhecidos por carracas e, na Península Ibérica, por naus (José António Rodrigues Pereira, “Urca”, in *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*. II Vol., dir. Luís de Albuquerque, coord. Francisco Contente Domingues [Lisboa]: Caminho, 1994), 1054).

na Terra Nova, mas, a julgar pelo diverso armamento que traziam a bordo³⁴, seriam navios que se dedicariam à actividade corsária.

Contemplemos agora, de forma sumária, as características arquitectónicas e funcionais mais relevantes da fortificação³⁵ que Garcia de Resende apelidou de torre de Cascais:

- Antes de mais, importa enfatizar a sua localização junto ao mar, estrategicamente edificada na extremidade rochosa Sul de Cascais, a 5 léguas de Lisboa. A fortificação era constituída por uma torre quadrangular de acentuado volume (3 pisos), ameada, com guaritas de vigia e o telhado em bico. Essa torre estaria destinada a funções de sentinela e de comando, sendo que num dos pisos elevados deveriam situar-se os alojamentos do governador³⁶. A fortificação era constituída ainda por uma estrutura térrea rectangular de 2 pisos (provavelmente para alojamento da guarnição³⁷ e guarda dos apetrechos militares³⁸) que estava adossada à torre, embora sendo mais baixa, e por uma plataforma, ou bateria artilhada, com muralha onde se abriam troneiras (ou bombardeiras³⁹) para a colocação de peças de artilharia. Na muralha da fachada frontal, segunda a gravura de 1572, apresentava três bombardeiras projectadas para o disparo rente à água, tal como teria outro armamento nos flancos.
- As muralhas, já adaptadas à artilharia, permitiam o tiro rasante sobre o mar aberto, sobre a baía e a pequena praia que ficava a poente da própria torre (fig. 5)⁴⁰. Deste modo, protegia-se não só a praia principal, a da Ribeira, como a que estava mais

³⁴ *As Gavetas da Torre do Tombo* (Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, vol. X, 1974), 135-139; João Cordeiro Pereira, “Portos do Mar (de Caminha ao Guadiana)”, *Portugal na Era de Quinhentos. Estudos vários* (Cascais: Patrimonia, 2003), 66 (n. 330).

³⁵ Para uma visão mais aprofundada e confronto de ideias, cf. M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais II”, 10; Carlos Pereira Callixto, “A Praça de Cascais e as Fortificações suas dependentes”, *Revista Militar* (n.º 5, Maio de 1978), 329; Margarida de Magalhães Ramalho, “A torre de Cascais. Uma perspectiva arqueológica”, *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município* (n.º 7, 1988), 70; idem, “A Barra do Tejo e a defesa de Lisboa”, *Oceanos* (n.º 11, Julho 1992), 71; Joaquim Manuel Ferreira Boiça, “As fortificações marítimas de Cascais e a defesa da barra do Tejo”, in *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*, 18; Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 28-32; Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 166-170; Nuno Neto *et al.*, “Intervenção arqueológica na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (Cascais). Contribuições para a sua análise evolutiva e estrutural”, *Património. Estudos* (Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, vol. 10, 2007) 185-197; Margarida de Magalhães Ramalho, *Fortificações Marítimas*, 26; idem, “A defesa de Cascais”, 36-37; Nuno José Varela Rubim, *A Defesa Costeira*, 49; Margarida de Magalhães Ramalho, “A defesa de Cascais. Do castelo medieval à construção da Cidadela”, 640.

³⁶ M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais II”, 10.

³⁷ Abordaremos, mais adiante, a problemática em torno da composição da guarnição desta torre.

³⁸ M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais II”, 10.

³⁹ De acordo com Rafael Moreira, “As velhas seteiras medievais deram lugar às «troneiras» ou bombardeiras cruzetadas, orifícios circulares de diâmetro consoante ao calibre para disparo das bocas-de-fogo encimadas por estreita fresta em forma de cruz, que se repetem ao longo das muralhas das fortalezas de transição para a piroballística quase como uma insígnia de poder e que serviam para a sua correcta angulação, através de dispositivos de pontaria e de sistemas de medição do alcance por tábuas graduadas, de cujo uso os bombardeiros e artilheiros (quase todos de origem nórdica: franceses, alemães, flamengos) detinham o segredo” (Rafael Moreira, “Cultura material e visual”, in *História da Expansão Portuguesa*. I Vol., *A Formação do Império (1415-1570)*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), 466).

⁴⁰ Esta última, embora já não exista, é visível numa fotografia de 1870 (fig. 5) e parece ter sido representada nas plantas da vila de Cascais de finais do século XVI da autoria de Vicenzo Casale (1590) e de Filipe Terzio (1594). Na verdade, no passado existiram mais duas praias entre esta e a da Santa Marta.

próxima da torre de uma possível aproximação de navios inimigos e desembarque, ainda que esta, face às suas exíguas dimensões, estivesse bastante limitada para tal⁴¹. Para além disso, protegiam-se os navios de carga que frente à praia da Ribeira podiam aguardar em segurança as condições meteorológicas e oceânicas ideais para seguir viagem ou que, simplesmente, procuravam abrigo da perseguição de corsários e piratas.

- Funcionaria como atalaia da barra do Tejo num sistema de retransmissão de sinais que começaria a ganhar forma desde o litoral de Sintra e que se estendia até Lisboa, alertando assim os vários postos costeiros sobre a chegada de navios inimigos⁴². Neste sentido, a torre de Cascais era como que uma guarda avançada de Lisboa.

Embora menos conhecida e divulgada, a gravura mais antiga que mostra a torre que D. João II havia mandado erguer na ponta Sul de Cascais é de c. 1530-1535, estando presente na bordadura de um fôlio da *Genealogia do Infante D. Fernando (British Library)*⁴³. O desenho desta gravura é da autoria de António de Holanda, pai de Francisco de Holanda, sendo que esse mesmo desenho terá sido iluminado na Flandres por Simão Bening⁴⁴. Todavia, não é só a torre de Cascais que surge representada. Para além do Paço dos senhores de Cascais e daquilo que parece ser parte da área urbana da vila (ambos à direita), embora numa perspectiva bastante deformada⁴⁵, nela surgem as principais construções que vão desde a área costeira de Santos até Sintra, inclusivamente o castelo dos Mouros e o Paço sintrense.

A outra gravura, como já se referiu, é a célebre gravura de Georg Braun e Frans Hogenberg publicada em 1572, se bem que o arquétipo da mesma devesse remontar a finais do século XV ou inícios do seguinte⁴⁶. Esta gravura, vindo posteriormente a servir de modelo a vários autores,

⁴¹ De facto, não é de excluir que esta praia também pudesse ter servido de apoio às actividades corsárias, nomeadamente durante os períodos de baixa-mar, uma vez que os corsários franceses chegavam a encalhar nas praias de Cascais os navios que tomavam de assalto na costa portuguesa.

⁴² Para vigilância da costa portuguesa, D. João II mandou instalar atalaias na costa de Vila do Conde e no Porto (1484), dando ordens para que, as caravelas e barcas que daí partissem para o mar a pescar e vislumbrassem uma frota, viessem logo dar recado em terra e daí fosse enviado recado para Lisboa (cf. Artur de Magalhães Basto, *Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*. Pref. e notas de [...] (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1940), 119-120; Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 163 (n. 60) e 362, doc. 11). Neste sentido, e tendo em conta os postos de vigia na aproximação a Lisboa, Pedro de Aboim Inglez Cid crê que tenha existido “no Reino um sistema global de alerta máximo” (cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 163 (n. 60) e 362, doc. 11).

⁴³ Também referida como *Genealogia dos Reis de Portugal*.

⁴⁴ Cf. António de Aguiar, *A Genealogia Iluminada do Infante Dom Fernando por António de Holanda e Simão Bening* (Lisboa: [s.n.], 1962), 45-46; Reynaldo dos Santos, *A Tomada de Lisboa nas Iluminuras Manuelinas* (2.ª ed., Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1970), 11-14; António de Holanda e Simão Bening, *A Genealogia do Infante Dom Fernando de Portugal*. Introd., notas, direcção artística e gráfica de Martim de Albuquerque e João Paulo de Abreu e Lima (Porto, Lisboa: Banco Borges & Irmão, 1984), 9; João José Alves Dias, “Lisboa Medieval na Iconografia do século XVI”, *Ensaios de História Moderna* (Lisboa: Editorial Presença, 1988), 120; Nuno José Varela Rubim, *A Defesa Costeira*, 29-30 e 49.

⁴⁵ *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município* (n.º 9, 1990).

⁴⁶ Carlos Pereira Callixto, “A Praça de Cascais e as Fortificações suas dependentes”, 324; João José Alves Dias, “Cascais e o seu termo na primeira metade do século XVI – aspectos demográficos”, *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município* (n.º 6, 1987), 67; idem, “Lisboa Medieval na Iconografia do século XVI”, 120. Por sua vez, Joaquim Boiça atribui a gravura “aos anos trinta do século XVI” (cf. Joaquim M. F. Boiça, “Cascais no sistema defensivo do porto de Lisboa”, 30). Por último, Varela Rubim presume que a imagem terá sido desenhada entre 1563 e 1567, isto caso tenha sido da autoria do pintor flamengo Hoefnagel (cf. Nuno José Varela Rubim, *A Defesa Costeira*, 49, 54 e 68).

é um exemplar bipartido alusivo a Lisboa mostrando no quadro inferior parte da costa e da barra do Tejo entre Cascais e o Paço de Santos (erradamente identificado como Belém). No pormenor da fig. 3 em baixo reproduzida, localizado a nascente, é visível um edifício que alguns autores identificam como sendo o Convento de Santo António do Estoril⁴⁷ (fundado apenas em 1527), mas que, na óptica de Nuno Varela Rubim, corresponderá a S. Julião da Barra⁴⁸.

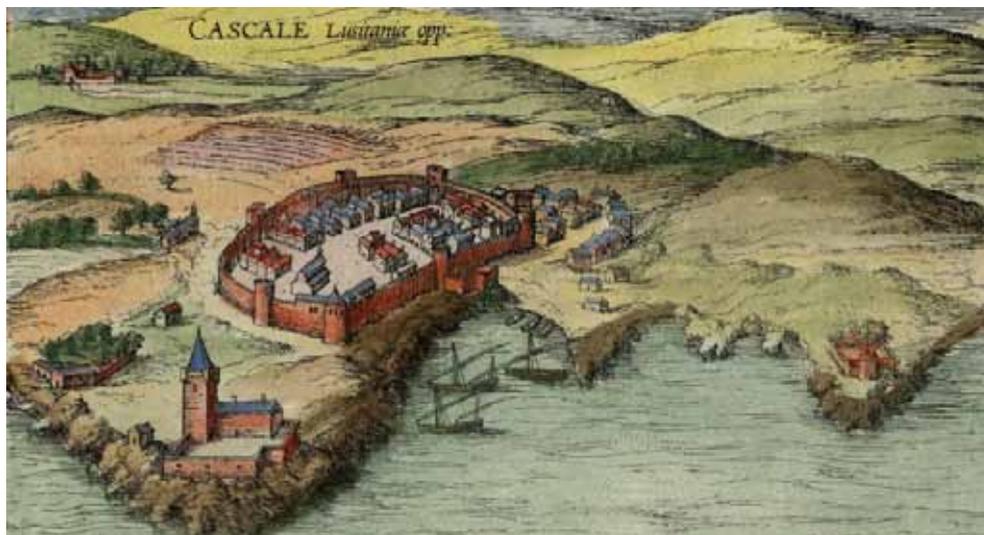


Figura 3 – Pormenor da vila de Cascais presente na gravura publicada por Braun e Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, 1572 (© Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya).



Figura 4 – Pormenor da torre de Cascais presente na gravura publicada por Braun e Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, 1572 (© Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya).

⁴⁷ Cf., por exemplo, Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 28.

⁴⁸ Assim, pela ordem de apresentação das estruturas que figuram desde Cascais até ao Paço de Santos na gravura de 1572, o autor identifica, da esquerda para a direita, Cascais (com a torre e o castelo), S. Julião da Barra (comumente identificado como sendo o mosteiro de Santo António do Estoril), Belém e o Paço Velho de Santos (cf. Nuno José Varela Rubim, *A Defesa Costeira*, 32-33 e 68, figs. 7 e 38).



Figura 5 – Cidadela e Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (lado Sul) em 1870
(© Arquivo Histórico Municipal de Cascais).

Não se sabe ao certo o ano em que arrancaram as obras de construção da torre de Cascais, nem quando é que terminaram. Alguns investigadores apontam o ano de 1488⁴⁹ para o início da sua construção, quatro anos após os ataques de João Bretão na baía de Cascais e imediações⁵⁰. O fundamento para tal está nos discursos de Rui de Pina⁵¹ e de Garcia de Resende, os quais referem que, nesse preciso ano de 1488, D. João II mandou guarnecer todas as cidades, vilas e castelos do Reino:

“Estando el Rey em muyta paz, e amizade com os Reys de Castella, como muyto prudente Príncipe fazia sempre, e ordenaua suas cousas antes de auer necessidade dellas. E no começo do anno de mil e quatrocentos e oitenta e oito, com muyto cuidado, e diligencia mandou prouer, fortalecer, e repartir totalas Cidades, Villas, e Castellos dos estremos

⁴⁹ Nomeadamente Margarida de Magalhães Ramalho, “A torre de Cascais. Uma perspectiva arqueológica”, 69; idem, “A Barra do Tejo e a defesa de Lisboa”, 71; idem, *Fortificações Marítimas*, 25; idem, “A defesa de Cascais”, 36; idem, “A defesa de Cascais. Do castelo medieval à construção da Cidadela”, 640. Todavia, em 2001, a investigadora também chegou a admitir que a torre havia sido mandada levantar em 1488, sendo que apenas seis anos mais tarde teriam começado as obras (cf. Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 28).

⁵⁰ Trata-se de um mito a ideia de que foram os ataques específicos de João Bretão (ocorridos entre 23 de Setembro de 1484, ou até mesmo antes, e finais desse mês) e a sua presença em Cascais que levaram D. João II a mandar construir a torre de Cascais. Depois das peripécias de João Bretão – corsário que chegou a estar ao serviço de D. João II – ocorreram outros ataques corsários, documentados pelo menos até 1489, e a verdade é que a construção da torre, efectivamente, só terá começado a ganhar forma dez anos depois das investidas do corsário. Não teriam sido especificamente as ocorrências de Setembro de 1484 que ditaram a construção da mesma, mas talvez todo um conjunto de ataques ocorridos naquela área ao longo da década de 1480 e que revelaram a vulnerabilidade da navegação e evidentes fragilidades defensivas locais, parecendo mesmo haver uma estratégia bem definida por parte dos corsários franceses que actuavam nas imediações e em ligação com Lisboa. Para um apanhado documentado e problematização dos ataques corsários em Cascais no reinado de D. João II, cf. Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 170-174 e 201-205.

⁵¹ Rui de Pina, *Crónica de D. João II* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989), XXX, 61-62.

de seus Reynos, assi no reparo, e defensam dos baluartes, cauas, muros, e torres, como em artilharias, poluora, salitre, armas, almazens, e todallas outras cousas necessarias”⁵².

Contudo, não há a certeza de que a torre de Cascais tenha começado a ser construída neste ano, embora a ideia do monarca possa ter sido coeva. Esta fortificação e a sua construção só surgem referidas por Garcia de Resende no cap. CLXXXI da sua *Crónica de D. João II e Miscelânea*, o qual corresponderá a eventos ocorridos em 1494, ainda que se saiba que alguns acontecimentos tenham ocorrido antes⁵³:

“E assi mandou fazer entam a torre de Cascaes com sua caua, com tanta e tam grossa artilharia, que defendia o porto; e assi outra torre, e baluarte de Caparica defronte de Belém, em que estaua muyta e grande artilharia, e tinha ordenado de fazer hua forte fortaleza, onde ora está a fermosa torre de Belem, que el Rey dom Manoel, que santa gloria haja, mandou fazer, pera que a fortaleza de hua parte, e a torre da outra tolhessem a entrada do rio”⁵⁴.

De facto, 1494 é a data mais apontada pelos investigadores para o início da construção da torre de Cascais⁵⁵, embora também se lhe aponte um período de tempo entre 1490-1495⁵⁶. Depois de ter estudado o assunto, Pedro de Aboim Inglez Cid, embora salientando que o trecho de Garcia de Resende sobre as fortificações é o que se segue à descrição da experiência de artilharia feita em caravelas (Setúbal) e que “o critério de agrupar assuntos conexos num único capítulo não implica que o exposto tenha ocorrido estritamente na mesma época”, é levado a admitir que das fortificações referidas por Garcia de Resende apenas a construção da

⁵² Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, LXX, 102-103. Neste mesmo ano, o monarca mandou construir a cava e grande torre de Olivença, facto que “aos Reys de Castella pesou” pois “em tempo de tanta paz, tanta amizade”, como então havia, não se justificava que de uma ou de outra parte se tomassem acções que indicassem um desconcerto ou uma possível guerra entre os dois Reinos (Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, LXX, 102-103; Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, XXX, 61-62). Numa carta de quitação de 23 de Agosto de 1499 dirigida a Gomes Costa, escudeiro e aposentador de D. Jorge, sobrinho de D. Manuel, é referido o que recebeu em dinheiro e ferramentas para se levar a cabo a reparação das fortalezas Entre Tejo e Guadiana ainda no reinado de D. João II (*Portugaliae Monumenta Africana* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. II, 1995), 486).

⁵³ A construção da torre da Caparica teria tido início em 1481-1482 e a grande nau para defesa do Tejo, que Garcia de Resende aborda no mesmo capítulo, já existia pelo menos desde a primeira metade do reinado joanino (cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 160-161 e 281-283; Nuno José Varela Rubim, *A Defesa Costeira*, 46; Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 205).

⁵⁴ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, CLXXXI, 256.

⁵⁵ Entre os investigadores mais antigos, cf. Afonso do Paço e Fausto J. A. de Figueiredo, “Esboço Arqueológico do Concelho de Cascais”, *Boletim do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães* (n.º 1, 1943), 19; Manuel Acácio Pereira Lourenço, *As Fortalezas da Costa Marítima de Cascais* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1964), 11; idem, “História de Cascais e do seu Concelho”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 262, 1969) 19; Ferreira de Andrade (dir.), *Monografia de Cascais* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1969), 258; Carlos Pereira Callixto, “A Praça de Cascais e as Fortificações suas dependentes”, 329.

⁵⁶ A. H. de Oliveira Marques, “Cascais”, in *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*. I vol., org. A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa 1990), 48; Luís Miguel Duarte, “1449-1495: o Triunfo da Pólvora”, in *Nova História Militar de Portugal*. I Vol., dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, coord. José Mattoso (Lisboa: Círculo de Leitores, 2003), 370.

torre de Cascais terá sido coeva dos testes balísticos ordenados por D. João II, ou seja, 1494⁵⁷. Recentemente, Joaquim Boiça referiu mesmo que, pese embora se tenha mandado erguer a torre em 1488, as obras só teriam avançado em 1494⁵⁸.

Se não sabemos em concreto a data do início da sua construção, a verdade é que também não sabemos quando é que a torre ficou terminada. Durante algum tempo pensou-se que a sua construção se teria prolongado no tempo, até 1505⁵⁹, visto que existe um documento deste ano que ainda alude às obras de uma torre em Cascais⁶⁰. Porém, a descoberta de moedas dentro da fortaleza de Nossa Senhora da Luz tem levado recentemente a pensar-se noutra cronologia, ainda que de forma confusa. Junto aos alicerces da torre quatrocentista foram descobertos quatro ceitis enquadáveis nos reinados de D. Afonso V e D. João II, sendo que um dos exemplares é referido como sendo “datável de 1485”⁶¹. Excluindo desde logo estes exemplares apontados como possíveis indicadores temporais, uma vez que se reportam a cronologias anteriores aos dados referidos por Garcia de Resende e porque a inclusão da data em moedas portuguesas é muito posterior a 1485, não sendo referido o argumento/elemento que leva a pensar que a moeda possa remontar a esse ano, há que pensar num tempo posterior.

Mais recentemente, em 2011 e 2013, Margarida de Magalhães Ramalho, investigadora que mais tempo tem dedicado ao estudo desta torre, partindo da ideia de que a sua construção terá arrancado em 1488, acrescentou que terá ocorrido até 1498. Para fundamentar a última data apontada a investigadora refere duas moedas deste período⁶² encontradas na última escavação arqueológica realizada no interior da fortaleza de Nossa Senhora da Luz (2005), a qual veio posteriormente a envolver a estrutura joanina. Todavia, esta referência às moedas de 1498 trata-se de uma imprecisão⁶³, e que tem induzido em erro, isto porque a primeira moeda portuguesa com data expressa de emissão no Reino surge apenas no reinado de D. Sebastião, sendo o “engenhoso” (1562)⁶⁴.

Em todo o caso, se fizermos um paralelo com o tempo de construção da torre de S. Sebastião de Caparica (“irmã mais velha” da torre de Cascais), a qual terá começado a ser construída em 1481 ou 1482 e que, por volta de 1485, poderia já ter a fase principal de obras finalizada⁶⁵, bem

⁵⁷ Cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 160 e 167 (n. 77). Como datas alternativas para os testes balísticos de Setúbal, o investigador aponta o Verão de 1484 ou o Outono de 1488 (cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 149 e n. 16).

⁵⁸ Joaquim M. F. Boiça, “Cascais no sistema defensivo do porto de Lisboa”, 30.

⁵⁹ Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 28.

⁶⁰ Vide infra, n. 68.

⁶¹ Nuno Neto *et al.*, “Intervenção arqueológica na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (Cascais). Contribuições para a sua análise evolutiva e estrutural”, *Património. Estudos* (Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, vol. 10, 2007) 187.

⁶² “Como o comprovam duas moedas deste período encontradas na última escavação realizada, em 2005 [...]”. Cf. Margarida de Magalhães Ramalho, “A defesa de Cascais”, 36 e 45 (n. 11); *idem*, “A defesa de Cascais. Do castelo medieval à construção da Cidadela”, 640 e 644 (n. 7). No documentário sobre a torre de Cascais a cronologia de construção apontada é a mesma (1488-1498).

⁶³ Estranha-se, ainda, que Margarida de Magalhães Ramalho, nos seus dois últimos estudos referidos, não cite o estudo de 2007 resultante dos trabalhos arqueológicos levados a cabo na fortaleza de Nossa Senhora da Luz entre Outubro de 2004 e Abril de 2005, o qual não apresenta qualquer referência a supostas moedas de 1498 ou a outras do reinado de D. Manuel I, sendo este um estudo em que a própria investigadora participou como co-autora (vide supra, n. 61).

⁶⁴ No entanto, o conhecido “bazaruco” de 1532, moeda indo-portuguesa, parece ser o exemplar mais antigo da numismática portuguesa que ostenta data. Cf. J. Fronteira, “Um «soldo» de D. João III?”, *NVMMS. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática* (Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, vol. IV, n.º 13-14, 1956-1957), 130-131.

⁶⁵ Vide supra, n. 3.

como com a torre de Belém, cuja construção terá decorrido entre 1514 e 1519⁶⁶, poderemos pensar numa cronologia de construção da torre de Cascais que ande à volta dos quatro anos (ou pouco mais). Tendo as obras muito provavelmente arrancado em 1494, por volta de 1498 ou 1499 a torre poderia já ter alguma ocupação, ainda que pudesse não estar totalmente finalizada.

Estas questões poderiam, eventualmente, ser resolvidas ou, pelo menos, melhor entendidas caso obtivéssemos dados sobre as nomeações dos primeiros oficiais que serviram na torre. Na *Chancelaria de D. João II* não conseguimos apurar qualquer dado nesse sentido, o que, à partida, poderá ajudar a reforçar a hipótese de que a construção da torre só terá entrado em actividade nos finais do reinado do monarca e acabado no seguinte. De facto, é a partir do reinado de D. Manuel I que surgem informações sobre os oficiais bombardeiros que serviram na torre de Cascais.

De momento, temos um documento que nos permite remontar a operacionalidade da torre a 1500. Por carta de 27 de Setembro deste ano, João Franco viu aumentado o seu mantimento anual para 15.000 reais em dinheiro e um moio e meio de trigo enquanto servisse como bombardeiro na torre da vila, “asy como ho ham os outros nossos bombardeiros e o avia mestre Paullo que na dita villa vijuya e se ora foy della”⁶⁷. Muito embora estivesse operacional em 1500, sabemos que em Agosto de 1505, conforme revela a síntese explicativa do conteúdo de um documento deste ano dada a conhecer por Jaime D’Oliveira Lobo e Silva, fora lançado um imposto a algumas povoações situadas a Norte de Cascais para que contribuíssem nas despesas das obras de fortificação daquela vila e onde se incluía uma torre:

“[A] 12 de Agosto, ... Pero Annes, homem das obras que El Rei tem em Cascais, apresenta à Câmara um regimento pelo qual o Rei ordena que os moradores das Vilas de Colares, Cheleiros, Mafra, Ericeira e reguengo da Carvoeira, concorram para as ditas obras, que, segundo parece, constavam de uma torre, muralhas e outras construções de fortificação”⁶⁸.

Esta informação é bastante importante não só porque deixa compreender que em 1505 a torre estava, possivelmente, em reparação, mas também porque mostra que estavam em curso outras construções militares. Pode parecer estranho que num curto espaço de tempo após a sua edificação, ou, pelo menos, quando já estava em funcionamento, a torre de Cascais voltasse a estar em obras, mas é preciso ter em conta um ou mais possíveis violentos tremores de terra ocorridos entre 1504 e 1505⁶⁹ que terão danificado as suas estruturas⁷⁰, daí que devessem ter surgido obras de

⁶⁶ Vide supra, n. 4.

⁶⁷ Com efeito, João Franco haveria de receber 1.250 reais por mês no Armazém da Guiné, cessando o pagamento dos 1.170 reais de soldo que por essa altura recebia. Quanto ao moio e meio de trigo receberia em cada ano com base na fazenda régia (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 13, fl. 49v (em anexo). No entanto, por carta de 4 de Janeiro de 1501, o pagamento a João Franco passou a ser feito no almoxarifado de Sintra com base nas sisas de Cascais (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 19, fl. 40v (em anexo)).

⁶⁸ Jaime D’Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Vila da Ericeira. Registo Cronológico de Acontecimentos referentes à mesma Vila, desde 1229 até 1943* (3.ª ed., Mafra: Câmara Municipal de Mafra, 2002), 24.

⁶⁹ Outro sismo terá ocorrido em 1500 (cf. Marisa Costa e João F. B. D. Fonseca, “Sismicidade histórica em Portugal no período medieval”, *Sísmica 2007 – 7.º Congresso de Sismologia e Engenharia Sísmica* (Porto: 2007), 6). Sobre os sismos de 1504-1505, cf. M. de La Clede, *Histoire Generale de Portugal* (Paris: Chez Guillaume Cavelier, t. I, 1735), 578; Victor João de Sousa Moreira, *Sismicidade Histórica de Portugal Continental*. Sep. da *Revista do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica* (Lisboa: 1984), 15; Luís Mendes Victor, “A sismologia e a dinâmica planetária”, *Prevenção e Protecção das Construções contra Riscos Sísmicos* (Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2005), 27 e 29-30; Marisa Costa e João F. B. D. Fonseca, “Sismicidade Histórica”, 6.

⁷⁰ Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 193-194.

reparação⁷¹. Para além disso, é muito provável que também se estivesse a proceder à reparação da muralha da vila, a qual teria sido igualmente afectada pelos sismos⁷². Aliás, o documento de 1505 também revela que, em “tempos antigos, sempre estes Povos [das Vilas de Colares, Cheleiros, Mafra, Ericeira e reguengo da Carvoeira] concorreram para as obras dos muros de Cascais”⁷³, naquilo que seria uma alusão à muralha da vila (geralmente chamada castelo).

É possível, no entanto, que com o decorrer dessas intervenções de reparação da torre tenham ocorrido igualmente ampliações na estrutura. Manuel A. P. Lourenço – sem aduzir provas – refere que “em 1507, subsistindo a ameaça dos piratas, D. Manuel mandou construir a fortaleza de Peniche e ampliar a Torre de Cascais”⁷⁴. Anos mais tarde, o mesmo investigador refere que durante o reinado de D. Manuel “fizeram-se importantes obras na Torre, sem, contudo, se poder determinar precisamente qual a sua extensão”⁷⁵.

De acordo com Margarida de Magalhães Ramalho, as escavações realizadas entre 1987 e 1993 revelaram “que a cintura defensiva foi por diversas vezes objecto de intervenção não se verificando no conjunto uma homogeneidade construtiva”⁷⁶. Mais recentemente, os trabalhos arqueológicos realizados entre Outubro de 2004 e Abril de 2005 no interior da fortaleza de Nossa Senhora da Luz revelaram de forma mais pormenorizada que foram feitas outras obras de ampliação durante a vida útil da torre⁷⁷. Embora se desconheça a data de tais ampliações, é possível que a destruição causada pelos sismos de 1504-1505 tenha levado, não apenas a obras de reparação, mas também à ampliação da torre nessa altura⁷⁸.

Outro aspecto importante a ter em conta quando pensamos em obras de intervenção na torre de Cascais diz respeito à sujeição à violência do mar, sobretudo no alçado Sul. Conforme referiu Margarida de Magalhães Ramalho, esta área estava bastante exposta à fúria do mar, nomeadamente de Inverno, daí que surgissem obras de reparação⁷⁹.

Por outro documento, desta vez de 31 de Janeiro de 1508, fica-se a saber de uma ordem dada para que os juizes das vilas de Colares, Cheleiros, Mafra e Ericeira fornecessem uma relação de todos os moradores das suas vilas para que fossem colectados 35 réis a cada um, isto “para as despesas das obras dos muros de Cascais”⁸⁰. Contudo, o procurador do concelho da Ericeira contrariou tal diligência, alegando que aquela vila já havia pago tal imposição em

⁷¹ Esta hipótese surgiu do seguimento da pista deixada por Manuel A. P. Lourenço de que os sismos deverão ter atingido duramente Cascais (cf. Manuel A. P. Lourenço, “História de Cascais e do seu Concelho”, *A Nossa Terra* (n.º 128, 1956) 2 e 7).

⁷² Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 194.

⁷³ Jaime D’Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Vila da Ericeira*, 135.

⁷⁴ Manuel A. P. Lourenço, “História de Cascais e do seu Concelho”, *A Nossa Terra* (n.º 135, 1957), 4.

⁷⁵ M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 53, 1965), 16.

⁷⁶ Cf. Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 28. Mais recentemente, a mesma investigadora referiu que as intervenções arqueológicas demonstraram que a torre havia sido reforçada com a construção de “trincheiras e, eventualmente, com linhas de fuzilaria, cujos vestígios foram encontrados durante uma campanha de escavação no interior da fortaleza de Nossa Senhora da Luz” (cf. Margarida de Magalhães Ramalho, *Fortificações Marítimas*, 25-26).

⁷⁷ Cf. Nuno Neto *et al.*, “Intervenção arqueológica na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (Cascais)”, 185-197; Margarida de Magalhães Ramalho, “A defesa de Cascais”, 37; *idem*, “A defesa de Cascais. Do castelo medieval à construção da Cidadela”, 640-641.

⁷⁸ Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 193-194.

⁷⁹ Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 28.

⁸⁰ Jaime D’Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Vila da Ericeira*, 26-27.

1505. Assim, em nome do rei, requeria que o juiz local não cumprisse tal mandado. O problema ainda deu que falar, não se sabendo exactamente qual o seu desfecho.

Não sabemos se as obras dos “muros de Cascais” referidas diziam respeito a obras relacionadas com a estrutura da torre. Também não sabemos se as obras de 1505 se haviam prolongado até 1508, embora não seja de crer. Talvez pela sujeição à destruição provocada pelo mar, sobretudo durante o Inverno, tenham surgido obras de reparação da estrutura Sul da torre. Todavia, também é possível que as obras tivessem a ver com a reparação ou reforço da muralha da vila, as quais poderão ter começado mais tardiamente do que se pretendia. Talvez esta última hipótese seja mais plausível, fosse qual fosse o motivo para tais obras.

Outros sismos afectaram Lisboa em 1512⁸¹, 12 de Março de 1528⁸² e 26 de Janeiro de 1531⁸³. Neste último ano, com várias ocorrências, terá mesmo sucedido um *tsunami*. Portanto, temos mais desastres naturais ocorridos num curto espaço de tempo que poderão ter provocado danos nos edifícios de Cascais e arredores. Consequentemente, poderão ter sucedido novas obras de recuperação da torre e muralha da vila de Cascais.



Figura 6 – Pormenor dos cunhais de cantaria que delimitavam a face Norte da torre de Cascais (foto: Marco Oliveira Borges).

⁸¹ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, 371; Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 207 (n. 28).

⁸² BNP, *Cód. Alc.*, n.º 63, 148-149; Marisa Costa e João F. B. D. Fonseca, “Sismicidade histórica”, 6.

⁸³ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, 379-380; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, vol. VII, 1962), 67, doc. 64; Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa* (Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, vol. II, 1941), 191-192; Luís Mendes Victor, “A sismologia e a dinâmica planetária”, 33; Rogério Bordalo da Rocha e José Carlos Kullberg, *A Geologia na Toponímia e na História da Cidade de Lisboa*. Sep. das 4.ªs Jornadas de Toponímia de Lisboa. Lisboa, 9-11 Maio 2001 (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2004), 2 e 25 (n. 3); Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 207 (n. 28).



Figura 7 – Outro pormenor dos cunhais de cantaria que delimitavam a face Norte da torre de Cascais (foto: Marco Oliveira Borges).



Figura 8 – Duas troneiras abertas no alçado Poente da torre de Cascais (foto: Marco Oliveira Borges).



Figura 9 – Pormenor do alçado Sudoeste exterior da torre de Cascais (foto: Marco Oliveira Borges).

Poucas décadas depois, com os avanços da artilharia e da engenharia militar, a capacidade defensiva da torre de Cascais perdeu importância. Neste sentido, a velha torre viria a ser abaluartada, dando origem a uma fortaleza de planta triangular que viria a ter invocação a Nossa Senhora da Luz. Todavia, também não é possível definir o momento exacto em que se iniciou a construção desta fortaleza e quando ficou terminada, havendo contradições nas fontes e diferentes teorias historiográficas para as ocorrências⁸⁴.

Em todo o caso, para além da fixação da cronologia de construção da torre de Cascais e da data em que deu lugar à fortaleza de Nossa Senhora da Luz, importa-nos tentar compreender a massa humana que serviu naquela torre tardo-medieval. Mais acima já havíamos referido a existência de uma carta de 27 de Setembro de 1500, a qual revela que, anteriormente a esse dia, mestre Paulo havia servido como bombardeiro na torre de Cascais. O documento é outorgado a João Franco, destacado nesse dia para substituir o anterior bombardeiro⁸⁵. Embora no dito documento seja referido um aumento de ordenado (de 1.170 reais mensais para 1.250) a João Franco e, conseqüentemente, isso pudesse sugerir que o bombardeiro já ali estivesse destacado em dia anterior à outorga do documento, parece-nos que esse aumento ter-se-á devido precisamente a essa deslocação de posto para a torre de Cascais para substituir mestre Paulo.

Por quantos oficiais era composta a guarnição desta torre? Quais os outros homens de armas para além dos bombardeiros? Qual a hierarquia de comando? Manuel A. P. Lourenço, em 1965, afirmava que a guarnição da torre “deveria ser muito reduzida, confinando-se aos

⁸⁴ Teremos oportunidade de contribuir para este assunto num outro local.

⁸⁵ Vide supra, n. 67.

bombardeiros e seus serventes. Em caso de alarme, os milicianos, ou ordenanças, da vila e arredores, prestariam o seu concurso”⁸⁶. Pedro de Aboim Inglez Cid, baseado na leitura de um documento de 1533 que alude ao pagamento do ordenado “ao bombardeiro que está na torre de Casquaes”⁸⁷, subentende que “um único oficial deteria então esse posto”⁸⁸.

Vejamos agora, mediante a leitura e estudo dos documentos relativos ao pagamento do ordenado dos bombardeiros ou mestres bombardeiros (1500, 1501 e 1525) que serviram na torre de Cascais, e que publicamos neste estudo (em anexo), quais os dados que se conseguem extrair para tentar responder às questões atrás colocadas.

No primeiro documento alusivo ao pagamento de um dos bombardeiros, o tal de 27 de Setembro de 1500, é referido que João Franco passaria a receber o seu mantimento mensal no Armazém da Guiné assim “como ho ham os outros nossos bombardeiros e o avia mestre Paullo que na dita villa [de Cascais] vijuya e se ora foy della”⁸⁹. Embora se verifique esta alusão explícita aos “outros nossos bombardeiros”, a mesma não se reportaria a bombardeiros da torre de Cascais, mas sim a outros que estavam ao serviço do rei destacados noutros locais. Assim sendo, resta-nos somente a singular alusão a mestre Paulo como anterior oficial, o que indicia que seria mesmo apenas um bombardeiro a servir na torre de Cascais.

O documento posterior, com data de 4 de Janeiro de 1501, pouco mais revela que o primeiro. Acrescenta unicamente a mudança do local de pagamento do mantimento a João Franco, passando este a receber a sua mensalidade no almoxarifado de Sintra com base nas sisas de Cascais, algo que também ocorreu anteriormente com os bombardeiros destacados noutros locais e com o próprio mestre Paulo⁹⁰. Todavia, contrariamente ao documento precedente, neste já não se diz que mestre Paulo “que na dita villa vijuya e se ora”⁹¹ foy della”, apenas que ali vivia e se “foy della”. Portanto, a expressão “ora”, no contexto do documento de 1500, ajuda a perceber que João Franco havia sido destacado para substituir mestre Paulo nessa precisa altura.

Por sua vez, os dois documentos de 1525, alusivos a mestre Simão, “bombardeyro da torre dell Rey nosso Senhor em a djta vjlja” de “Quasquaes”, ainda são mais lacónicos. Limitam-se a confirmar a presença do mesmo bombardeiro na torre de Cascais, isto para o ano de 1524, e o conseqüente pagamento de um mantimento anual de 15.000 reais no almoxarifado de Sintra sem qualquer alusão a outros bombardeiros⁹².

À primeira vista, parece ser insignificante a existência de apenas um bombardeiro fixo na torre de Cascais, isto quando aquela estrutura estava dotada de várias bombardeiras destinadas à colocação e ao disparo de peças de artilharia e quando a produção e combinação

⁸⁶ M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais II”, 10.

⁸⁷ O qual também recebia 15.000 reais de ordenado (cf. Anselmo Braamcamp Freire, “Os Cadernos dos Assentamentos”, *Archivo Historico Portuguez* (vol. X, 1916), 136).

⁸⁸ Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 170 (n. 84).

⁸⁹ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 13, fl. 49v (em anexo).

⁹⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 19, fl. 40v (em anexo).

⁹¹ O itálico é nosso.

⁹² ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mc. 123, n.º 92 (em anexo). Refira-se, ainda, uma breve alusão que João Pedro Vaz faz a uma moneta de vela velha que fora entregue ao bombardeiro de serviço na torre de Cascais, isto para “enxugar a pollvora na dita torre”, algures na primeira metade do século XVI (cf. João Pedro Vaz, *Pesca de Naufrágios. As Recuperações Marítimas e Subaquáticas na Época da Expansão* (Lisboa: Tribuna da História, 2005), 57 e 144 (n. 132-133)). O investigador cita Leonor Freire Costa, *Naus e Galeões na Ribeira de Lisboa. A Construção Naval no Século XVI para a Rota do Cabo* (Cascais: Patrimonia, 1997, 295), porém, durante a leitura desta última obra não conseguimos identificar a alusão ao bombardeiro da torre de Cascais.

dos materiais para o disparo, colocação dos pelouros, sua orientação, entre outros passos necessários e tarefas importantes para a defesa da própria fortificação, requeriam mais homens de armas ou auxiliares.

Sabe-se que a guarnição da torre de Belém, em 1537, era formada por um condestável, cinco bombardeiros e dez homens de armas do alcaide-mor da fortaleza⁹³. Neste sentido, poder-se-ia pensar que a torre de Cascais tivesse um número aproximado de bombardeiros a servir em simultâneo e outros homens de armas, mas a verdade é que assim não acontece. Para além disso, e pelo menos até ao momento, não se conhece alguma referência a um condestável destacado na torre de Cascais quando é sabido que esse oficial comandava e instruíra grupos de bombardeiros, tanto em terra como no mar⁹⁴. Também não conhecemos qualquer referência a um alcaide, pelo que não sabemos qual a hierarquia de comando presente na torre de Cascais⁹⁵.

Em todo o caso, tudo parece indicar que, de facto, apenas um bombardeiro estaria destacado na torre de Cascais, tal como parece ter acontecido em Tavira⁹⁶, ainda que as próprias referências aos mestres bombardeiros da dita torre pudessem sugerir a eventual existência de uma hierarquia de comando e, por conseguinte, de outros bombardeiros com ordenação mais baixa. Portanto, sem superar o total de um indivíduo, estamos um pouco distantes dos efectivos conhecidos para a torre de Belém e, ainda mais, do caso dos bombardeiros destacados nas fortalezas do Oriente onde a necessidade era maior⁹⁷. Seja como for, teriam de haver outros homens de armas a servir na torre de Cascais e serventes do bombardeiro que ali estava destacado.

⁹³ Todos com o ordenado de 15.000 reais, à excepção do condestável, que receberia 20.000 (cf. Anselmo Braamcamp Freire “Os Cadernos dos Assentamentos”, 145; João Cordeiro Pereira, “Portos do Mar (de Caminha ao Guadiana)”, 66 (n. 330); Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 170, (n. 84)).

⁹⁴ Francisco Contente Domingues, “Bombardeiro”, in *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*. I vol., 138.

⁹⁵ Ainda que Andreia Martins de Carvalho, seguindo Garcia de Resende, refira que D. João II deu a capitania das torres de Cascais e baluarte da Caparica a Álvaro Cunha, seu estribeiro-mor, da leitura do trecho da *Crónica de D. João II e Miscelânea* constata-se que apenas se alude a essas funções para a fortaleza que o monarca havia projectado para Belém, mas como o rei logo faleceu não houve tempo para se fazer a dita obra (cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, CLXXXI, 256; Andreia Martins de Carvalho, “Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)” (Diss. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2006), 25 (n. 34)). Se para a torre de Belém existem documentos dos reinados de D. Manuel I e D. João III que aludem à capitania e à sua alcaidaria (cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 222, n. 55), para o caso de Cascais a posição mais elevada que surge é a de mestre bombardeiro. Em 1521, Gaspar de Paiva foi nomeado como primeiro alcaide e capitão-mor da torre de Belém embora já ocupasse a fortaleza desde 1519 (Reynaldo dos Santos, *A Torre de Belém*, 9 e 44-46). Pior situação ocorre para o caso da torre velha da Caparica, não se sabendo qualquer nome de um dos seus comandantes ou soldados até ao segundo século da sua existência (Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 222 (n. 55)).

⁹⁶ Por um alvará de 1557, Duarte Lopes, bombardeiro em Arzila, recebeu indicações para ocupar o cargo de bombardeiro de Tavira, cargo esse que havia vagado com a morte de Lourenço Marques (ANTT, *Chancelaria de D. João III*, lv, 5, fls. 111-111v. Servimo-nos da transcrição do documento gentilmente cedida por Tiago Machado de Castro). Porém, a 29 de Abril de 1563, devido à insegurança costeira provocada pelos piratas mouros, houve ordens para que o número de bombardeiros em Tavira aumentasse para dez (cf. Alberto Iria, *Descobrimientos Portugueses. O Algarve e os Descobrimientos* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. II, t. I, 1988), 46). Não sabemos, contudo, se antes dessa data o número de bombardeiros já seria superior ao registado em 1557. Para além disso, devido ao facto da referência informativa de que nos servimos ser apenas uma breve passagem documental sumariada, não sabemos se os dez bombardeiros ficariam fixos numa fortaleza ou se, por outro lado, também poderiam ser destacados para alguma armada de patrulha costeira visto que o problema presente tinha a ver com os piratas mouros.

⁹⁷ Numa carta de 21 de Novembro de 1545, o condestável-mor da Índia revela o número de bombardeiros destacados nas seguintes fortalezas: Ormuz (20), Diu (20), Baçaim (12), Malaca (10), Maluco (7), Chaúl (6), Cananor (6),

Quanto à origem dos bombardeiros mencionados, apenas um documento revela o suposto local de proveniência de um deles. Todavia, sabe-se que estes homens de armas eram, na sua grande maioria, oriundos do Norte da Europa (Alemanha, Flandres⁹⁸ e até mesmo da França). Veja-se, como exemplo, que o mestre bombardeiro da torre de Cascais que ali estava destacado desde 1524 – pelo menos – era “Simam de Parys”⁹⁹. O próprio apelido de João Franco (1500-1501), outro dos bombardeiros referidos, indicia uma possível origem francesa deste homem. Para além destes bombardeiros e daquele que servia na torre de Cascais em 1533, temos ainda a referência a Sebastião Vicente, embora já para o século XVII¹⁰⁰, num outro contexto fortificado.

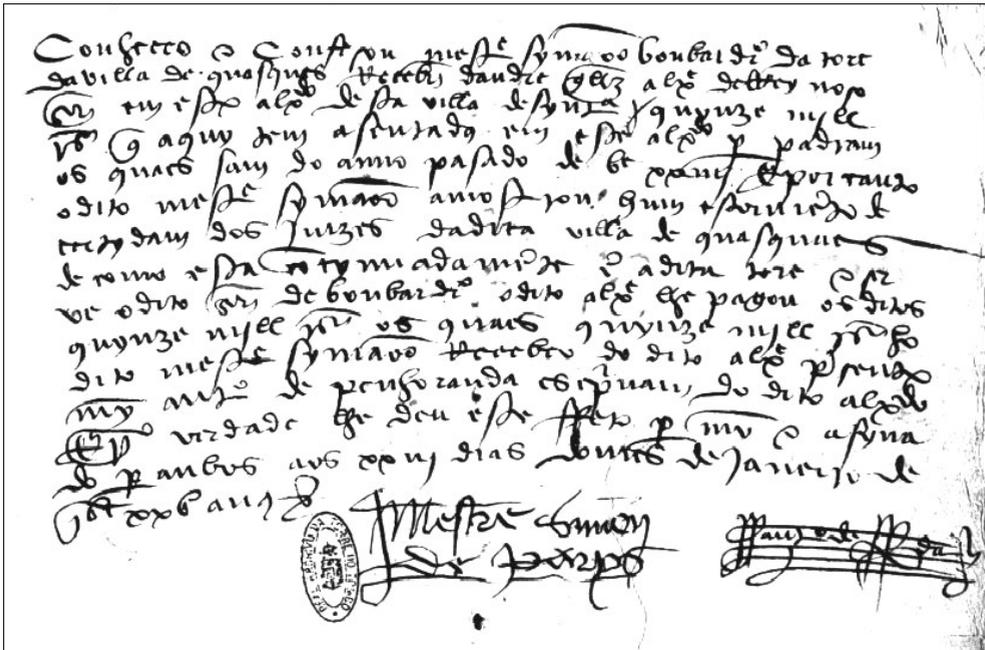


Figura 10 – Conhecimento em que se declara que mestre Simão, bombardeiro da torre de Cascais, recebeu 15.000 reais por servir na dita vila em 1524 (© Arquivo Nacional Torre do Tombo).

Chale (5), Cochim (5), Coulão (5), Cranganor (2) (cf. Fernando Gomes Pedrosa, *Algumas Prováveis Inovações de Origem Portuguesa das Técnicas e Táticas Navais durante a Expansão Marítima* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2002), 41).

⁹⁸ Para uma visão aprofundada das funções, privilégios e origens dos bombardeiros em Portugal, cf. Tiago Machado de Castro, “Bombardeiros na Índia. Os Homens e as Artes da artilharia Portuguesa (1498-1557)” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2011), 15-37.

⁹⁹ ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mç. 123, n.º 92 (em anexo).

¹⁰⁰ Fr. Jeronymo de Belem, *Chronica Serafica*, 524.

Conclusão

A reorganização dos dados conhecidos e a inclusão de outros inéditos tem permitido repensar a problemática em torno da construção da torre de Cascais, bem como outros assuntos imprecisos e controversos que vinham sendo apresentados como garantidos. Destaque para o caso de Manuel A. P. Lourenço, primeiro investigador que estudou a fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a torre de Cascais, mas que acabou por ser esquecido com o tempo, recaindo unicamente a favor de Margarida de Magalhães Ramalho o reconhecimento do estudo e descoberta do interior destas fortificações. Espera-se que, num futuro próximo, esta situação possa ser devidamente rectificadada perante o público em geral.

Em relação à construção da torre de Cascais, a teorização ensaiada levou-nos a fortalecer a hipótese de que o arranque terá sido em 1494, que em 1500, ou um pouco antes, terá iniciado o seu efectivo funcionamento e que, tendo sofrido com os tremores de terra que terão ocorrido entre 1504-1505, iniciaram-se obras de reparação neste último ano. É provável que, por essa altura, D. Manuel tenha igualmente ordenado a ampliação da torre. Os posteriores sismos do século XVI poderão ter levado igualmente a intervenções de recuperação e a ampliações na torre.

O outro ponto de destaque, muito pouco conhecido até ao momento, é o tema dos bombardeiros¹⁰¹. De momento, a documentação permite-nos remontar a presença de bombardeiros nesta torre ao ano de 1500, conforme vimos para os casos de mestre Paulo e de João Franco, se bem que seja muito provável que o primeiro bombardeiro estivesse fixo nessa fortificação desde 1499 ou até mesmo desde 1498. Embora não seja indicado o tempo de serviço de mestre Paulo, a alusão mais antiga que surge na documentação é a esse mesmo bombardeiro, não havendo qualquer outra memória de referência a um indivíduo com o mesmo ofício de armas.

Terá sido mestre Paulo o primeiro bombardeiro da torre de Cascais? É muito provável que sim. Porém, só o aparecimento de novos documentos poderá ajudar a resolver esta questão. Em todo o caso, não oferece dúvida de que foi a partida de mestre Paulo que abriu lugar a João Franco como bombardeiro da torre de Cascais, possivelmente o segundo homem a ser destacado naquele posto e lugar.

Cabe agora reunir esforços para tentar compreender melhor a massa humana, os efectivos militares que serviram nesta torre e a sua própria organização hierárquica, algo que requer, particularmente, um trabalho de investigação orientado para a consulta dos documentos presentes nos livros de chancelaria régia contidos no Arquivo Nacional Torre do Tombo. O estudo da documentação relativa às povoações situadas a Norte de Cascais (Colares, Cheleiros, Mafra, Ericeira e etc.), e que concorriam para as obras de fortificação das estruturas defensivas daquela vila, também poderá vir a revelar dados importantes. É possível, igualmente, que no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais exista documentação que possa trazer novas luzes aos assuntos aqui tratados. Ademais, serão sempre enriquecedores os paralelos possíveis de se estabelecer com os oficiais e guarnições de outras torres, até de outras realidades geográficas mais vastas. Espera-se, igualmente, que um dia a Arqueologia possa vir a fornecer mais indicações sobre a torre de Cascais.

¹⁰¹ De forma documentada, e na problemática relacionada com a torre de Cascais, apenas conhecemos a indicação de Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 170 (n. 84), aludindo a mestre Simão.

Anexos documentais¹⁰²**Doc. 1 - 1443, Novembro 6. Leiria. Rei, por D. Pedro (Regente), Lourenço de Guimarães (escrivão). Registo de carta régia em que os besteiros do conto da vila de Cascais são impedidos de servir noutra parte, excepto por mandado régio.****ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, lv. 25, fl. 62v.**

Dom Afonso cetera a quantos esta carta virem fazemos saber que consijrando nos como a villa de cascaes e seu termo esta na costa do mar em logar a que ueem mujtos naujos asy de nossos jmjigos como d'outras partes de que poderiam receber maa companhia sse a jente della fosse fora da terra acordamos por nosso seruiço de nom hirem daqui en diante serujr a nenhuña parte os nossos beesteiros do conto d<e> hi saluo per nosso especial mandado e porem mandamos ao nosso anadell moor e a todo-llos corregedores juizes e justiça de nossos Regnno e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer que o conpram asy e guardem pella guissa que em esta nossa carta he contheudo ssem outro alguum embargo nem duujda que a ello ponhom / ffecta em Leirea bj dias de Nouembro per autoridade do Senhor Jffante Dom Pedro regente eu(?) Lourenço de Guimaraães a fez anno de Nosso Senhor Jesu Cristo de mjll iiii^e R[i]ij .

Doc. 2 - 1500, Setembro 27. Lisboa. Rei, André Dias (escrivão). Registo de carta régia concedida a João Franco, bombardeiro, para que enquanto servir em Cascais receba, em cada ano, quinze mil reais e um moio e meio de trigo.**ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, lv. 13, fl. 49v.**

Dom Manuell et cetera a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que queremdo nos fazer graça e merçe a Joham Framco nosso bombardeiro temos por bem e nos praz que emquamto elle vijuer e esteuer d'asemto na villa de Cascaes pera serujr de seu ofiço de bombardeiro na torre da dita villa de Cascaes tenha e aja de nos em cada huum anno pera seu mamtimento da feitura desta nossa carta em diamte quymze mjll reaes em dinheiro e huum moyo e meo de trigo dos quaaes quymze mill [reais] avera pagamemto no nosso Allmazem de Guynee aos messes do anno asy como ho ham os outros nossos bombardeiros e o avia mestre Paullo que na dita villa vijuya e se ora foy della e mamdamos ao nosso almoxarife do dito Almazem que em cada huum mes lhe faça pagamemto de mjll e duzentos çimquoemta rreaees que lhe momta aver per a dita guisa asy como os pagaua ao dito metre Paullo e paga a os ditos nossos bombardeiros e dos mill e çemto e satemta que atee quy ouue o dito Joham Framco de seu ssolldo lhe nom pague mais delles cousa alguña e os rrisque dos liuros do dito Almazem e lhe asemte que ha-d'aver em cada huum mes os ditos mil e duzentos e çimquoemta rreaees como dito he por asy viuer d'asemto na dita villa e ter carego da dita torre e per o conheçimemto do dito Joham Framco com o trellado desta nosa carta que ho dito almoxarife fara trelladar nos liuros do dito Almazem lhe seram os ditos dinheiros leuados em comta / e do dito moyo e meo de trigo nos praz que aja em cada huum anno pagamemto per nosa Fazemda e mamdamos aos nossos veadores della que lhos façam asemtar nos liuros da dita Fazemda com declaraçam que ho ha-d'aver por asij vijuer na dita villa e teer careguo da dita torre e lhe

¹⁰² Transcrição por Helena Condeço de Castro.

passem em cada hum anno carta do dito pam pera lugar homde aja muy boom pagamento e por sua guarda e lembrança dello lhe mandamos dar esta nosa carta de padram por nos asijnada e sellada do nosso ssello pendemte dada em a nosa çidade de Lixboa a xxbij dias do mes de Setembro Amdre Diaz a ffez anno do nasçimento de Nosso Senhor Jesuu Cristo de mjll e quinhentos annos .

Doc. 3 - 1501, Janeiro 4. Lisboa. Rei, Gomes Aranha (? , escrivão). Registo de carta régia dada a João Franco, bombardeiro, em que receberá quinze mil reais pelo serviço na vila de Cascais.

ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, lv. 19, fl. 40v.

Dom Manuell cetera a quantos esta nosa carta virem fazemos <saber> que querendo nos fazer graça e merçee a Joham Framco nosso bombardeiro temos por bem e nos praz que emquanto elle viuer e estiuer d'asemto em a villa de Cascaees pera seruir de seu ofiço de bombardeiro na torre da dita villa de Cascaees tenha e aja de nos em cada hum anno pera seu mamtimento da feitura desta nosa carta em diamte quimze mill reaees em dinheiro e hum moyo e meio de trigo dos quaees xb¹⁰³ reaees a vera pagamento no nosso almoxarifado de Simtra pellas sisas de Cascaees aos meses do anno asy como ho <h>am os outros nosos bombardeiros e o avia mestre Paulo que na dita vjlla viuja e se foy della e mandamos ao nosso almoxarife do dito almoxarifado que em cada hum mees lhe façam pagamento de mjll ij^c e L reaees que lhe momta aver per a dita comtia asy como se pagauam ao dito mestre Paulo e pagam aos ditos nossos bombardeiros e lhe asemtem que ha-d'aver os ditos . j . ij^c e L reaees como dito he por asy viuer d'asemto na dita villa e ter carrego da dita torre e per o conhecimento do dito Joham Framco com o trelado desta nosa carta que ho dito almoxarife fara treladar no liuro do dito almoxarifado lhe seram os ditos dinheiros leuados em comta e do dito moyo e meio de trigo nos praz que aja cada hum ano pagamento per nosa Fazemda e mandamos aos nossos veadores della que lhos façam asemtar nos liuros da dita Fazemda com decraçam que <hos> ha-d'auer por asy viuer na dita villa e ter carrego da dita torre e lhe pasem em cada hum anno carta do dito paam pera lugar omde aja boom pagamento e por sua guarda e lembrança dello lhe mandamos daar esta nosa carta {per} de padraão per nos asinada e selada do nosso sello pendemte dada em Lixboa a iiij^o dias de Janeiro Guomez Aranha(?) a fez anno de mjl b^c hum annos.

|Pedro da Fonseca|

¹⁰³ Está sobrescrita ao numeral uma linha horizontal, indicando as milésimas.

Doc. 4 - 1525, Maio 1(?). Cascais(?). João Rodrigues (juiz ordinário), Aires Pinto(?), tabelião). Instrumento-público de certidão concedido ao mestre Simão, bombardeiro na torre de Cascais, onde se confirma o serviço e presença na dita torre durante o ano transacto de 1524.

ANNT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mç. 123, nº. 92, fl. 1.

Sajbham os que este estromento de certydão dado per mamdo e auutorrdjidade de justyça vyrrem que no anno do naçijjmento de Noso Senhor Jesu Cristo de mjll e qujnhemtos e xxb annos ao primeyrro dja do mes de Majo em a vylla de Cascaes a porta das casas da morada de Fernam Rodriguez fferreiro estammdo hj o mujto honrrado Joham Rodrijuez juiz hordenayro em a djta vylla peramte ele parreço hj mestre Simão bombardeyrro da torre dell Rey noso Senhor em a djta vjlla e djse ao djto juiz que a ele lhe hera necesarrjo hum estromemto de certjdam de como estevarra(*sic*)¹⁰⁴ na djta vjlla e torre ho anno de mjll e qujnhemtos e vjnte e quatro annos que lhe rrequerrja da parte do djto senhor que lho mandasse pasar e vjsto pello juiz ho rrequerrjmento do djto mestre Simão em como he verdade que elle esteve na djta vjlla e torre ho djto anno de qujnhemtos xxiiij annos todo lhe mamdou pasar ho presente Ayrres Pjnto(?) taballjam do pubrico e judycjall em a djta vjlla e seu termo pello senhor Dom Pedro de Castro do Comselho dell Rey noso Senhor e vedor de sua Fazemda e senhor da djta vjlla que este estromemto de certjdam esprej e nelle dou mjnha ffe como he verdade que o djto mestrre Simão esteve na djta vjlla e torre todo ho djto anno de mjll e qujnhemtos e xxiiij haquj meu pubrico sinall ffiz que tal he
(*SINAL DO TABELIÃO*) pagou nada

Doc. 5 - 1525, Janeiro 23. Sintra(?). André Gonçalves (almojarife de Sintra), António de Penhoranda (escrivão do almojarifado de Sintra). Conhecimento de mestre Simão [de Paris], bombardeiro da torre de Cascais, em como recebeu de André Gonçalves, almojarife de Sintra, quinze mil reais pelo serviço na dita vila.

ANNT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mç. 123, nº. 92, fl. 2.

Conheceo e confesou mestre Symãoo bonbardeiro da tore da villa de Quasqu<a>es rreecer d' Andre Gonçaluez almojarife del Rey noso Senhor em este almojarifado desta villa de Syntra (*SINAL DE CONFERIDO*) quynze mill reaes que aquy tem asentados em este almojarifado per padram os quaes sam do anno pasado de b^c xxiiij e porcanto o dito mestre Symãoo amostrou hum estormento de certydam dos juizes da dita villa de Quasquaes de como esta contynuadamente em a dita tore e serve o dito senhor de bonbardeiro o dito almojarife lhe pagou os ditos quynze mill reaes os quaes quynze mill reaes ho dito mestre Symãoo rrecebeo do dito almojarife presente mym Antonio de Penhoranda escpriuam do dito almojarifado e por <ser> verdade lhe deu este ffe<i>to per mym e asynado per anbos aos xxiiij dias do mes de Janeiro de j¹⁰⁵ b^c xxb anos .

|Mestre Simam
|de Parys

|Antonio de Penhoranda

¹⁰⁴ Leia-se “esteverra”.

¹⁰⁵ Existe uma linha horizontal sobrescrita ao numeral, indicando as milésimas.

